

# COMISSÃO DE CULTURA

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 224, DE 2023

Altera a Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022 (Lei Paulo Gustavo), para prorrogar o prazo de execução dos recursos, até 30 de junho de 2024, por Estados, Distrito Federal e Municípios.

**Autor:** Deputado AUREO RIBEIRO

**Relator:** Deputado MARCELO QUEIROZ

### I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei Complementar nº 224, de 2023, tem por finalidade estender o prazo para execução dos recursos da Lei Paulo Gustavo até o dia 30 de junho de 2024.

A prorrogação do prazo para a execução da Lei, a fim de permitir que o seu objetivo seja atingido e seus recursos sejam aplicados, é necessária devido a atrasos que ocorreram após a sua aprovação e que comprometeram a exequibilidade do objeto em tempo oportuno. Segundo o autor, em sua justificativa, a prorrogação não compromete a transparência e a efetividade da lei em prol da cultura.

Alterações previstas na Lei Complementar nº 195/2022 incluem modificação de prazos no Art. 9º em seu parágrafo único, alterando o prazo de execução original de 31/12/2022 para 30/06/2024. O mesmo ocorrendo no caput do Art. 22.

Ainda no Art. 22, seu parágrafo 2º também sofre mudança de prazo estabelecendo que o saldo remanescente das contas específicas que foram criadas para receber as transferências e gerir os recursos será restituído em até 10 (dez) dias úteis pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios. Anteriormente, seriam restituídos até uma data fixa: 10 de janeiro de 2023.

Por fim, o projeto traz a revogação dos artigos 11 e 12:



Art. 11. Dos recursos repassados aos Municípios na forma prevista nesta Lei Complementar, aqueles que não tenham sido objeto de adequação orçamentária publicada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da descentralização, deverão ser automaticamente revertidos aos respectivos Estados.

Art. 12. Dos recursos repassados aos Estados e ao Distrito Federal na forma prevista nesta Lei Complementar, observado o disposto no art. 11, aqueles que não tenham sido objeto de adequação orçamentária publicada no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contado da data da descentralização realizada pela União, serão restituídos na forma e no prazo previstos no regulamento.

A matéria foi distribuída às Comissões de Cultura; Finanças e Tributação (Mérito e Art. 54, RICD); e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD). Em 26/10/2023 foi aprovado o Requerimento de Urgência nº 3664/2023, estando a matéria pronta para apreciação pelo Plenário.

É o Relatório.

## II – VOTO DO RELATOR

A Lei Paulo Gustavo garantiu R\$ 3,8 bilhões ao Fundo Nacional de Cultura para ajudar na reconstrução do setor após os efeitos desastrosos da pandemia de Covid-19.

Em vigor desde julho de 2022, a lei estabelece regras a serem cumpridas pela União para ajudar com recursos financeiros a implementação de ações emergenciais para socorrer trabalhadores do setor cultural prejudicados pelas consequências da pandemia.

O partido Rede Sustentabilidade acionou o STF para prorrogar o prazo de execução dos recursos até dezembro de 2024. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 7478) está sob a responsabilidade do ministro Luiz Fux. No final de 2022 esse mesmo partido teve outro pedido atendido pelo STF, quando a Ministra Carmem Lúcia prorrogou a vigência da lei até o final do ano corrente.

O fundamento do novo pedido ao STF é de que a plataforma governamental para a submissão dos pedidos de recursos só foi aberta em maio de 2023 e os estados, municípios e o Distrito Federal tiveram até julho último para apresentar o plano de ação a ser aprovado pela União.



Para receber o repasse, é preciso assinatura no termo de adesão e somente após esse trâmite é que se chega à fase de seleção dos agentes de cultura a serem beneficiados por meio de chamamento público.

O nobre autor da presente proposta, Deputado Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE/RJ), justifica a apresentação do Projeto de Lei Complementar em face de atrasos que ocorreram após a sua aprovação e que comprometeram a exequibilidade do objeto em tempo oportuno.

Um deles foi, por exemplo, o veto total à Lei realizado pelo governo anterior, o qual, mesmo tendo sido derrubado pelo Congresso Nacional, impactou na exequibilidade dos prazos. Por sua vez, a Lei apenas foi regulamentada em maio de 2023, pelo Decreto nº 11.525, de 11 de maio de 2023, permitindo a sua correta execução.

Portanto, na prática, os recursos serão liberados apenas no ano corrente e os beneficiários estão encontrando entraves burocráticos e administrativos para a execução financeira e orçamentária da lei, uma vez que os recursos que não forem aplicados até 31 de dezembro de 2023 deverão ser devolvidos ao Tesouro Nacional.

Em face do apresentado somos pela pertinência e pela aprovação da matéria viabilizando, sobretudo, a participação dos pequenos produtores culturais, justamente aqueles que mais necessitam dos recursos para retomarem sua produção artística.

## II.1 – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível “a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor” e como adequada “a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.



O PLP nº 224/2023 altera a Lei Complementar nº 195/2022, sem aumentar despesa ou diminuir receita. A despesa ocorreu quando da aprovação da referida Lei Complementar, ao determinar que a União entregasse aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o montante de R\$ 3,86 bilhões (art. 3º). A execução orçamentária de tal montante, no âmbito do orçamento da União, encontra-se finalizada, ou seja, os respectivos valores foram empenhados, liquidados e transferidos a Estados, DF e Municípios, conforme seguinte tabela:

Órgão: 73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios  
 Unidade Orçamentária: 73117 - Recursos sob Supervisão do Ministério do Turismo

Ação	R\$ 1,00	
	2022 Empenhado Liquidado	2023 Restos a Pagar Pagos
00UR - Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios relacionado a Ações Emergenciais destinadas ao Setor Cultural (Lei Complementar nº 195, de 8 de julho de 2022)	3.862.000.000 ,00	3.861.974.13 6,64

Fonte: SIOP

O PLP nº 224/2023 prorroga o prazo em que os valores recebidos pelos Estados, DF e Municípios podem ser executados, passando de 31 de dezembro de 2022 para 30 de junho de 2024.

Além disso, o PL revoga os artigos 11 e 12 da Lei Complementar nº 195/2022. Tais dispositivos tratam da devolução de recursos aos Estados, quando recebido por Municípios, ou da devolução de recursos à União, quando recebidos por Estados e DF, nas situações em que os entes federados beneficiados pelas transferências não tenham incluído nos respectivos orçamentos dotação orçamentária específica destinada à execução dos valores recebidos.<sup>1</sup> Sem entrar no mérito da revogação dos dispositivos, entende-se que as devoluções são incidentais. Além disso, o § 2º do art. 22 da LC nº 195/2022 já prevê que, encerrado o período de execução dos recursos recebidos, os saldos remanescentes nas contas abertas pelos entes federativos serão restituídos ao Tesouro Nacional.

Portanto, por não aumentar despesa ou diminuir receita no orçamento da União, observa-se que o projeto contempla matéria de caráter

<sup>1</sup>[https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/lei-paulo-gustavo/central-de-conteudo/guia\\_lpg\\_leiorcamentaria.pdf](https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/lei-paulo-gustavo/central-de-conteudo/guia_lpg_leiorcamentaria.pdf)



essencialmente normativo, não acarretando impacto ao erário federal. Sendo assim, torna-se aplicável o art. 32, X, “h”, do Regimento Interno desta Casa, que dispõe que somente as proposições que *importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública* estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária.

Em face do exposto, voto pela não implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária do O PLP nº 224/2023.

## II.2 – CONCLUSÃO DO VOTO

Dessa forma, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Complementar nº 224/2023, na forma do texto apresentado pelo autor.

Sala da Comissão em, de de 2023.



Deputado **MARCELO QUEIROZ**  
Relator

